

PARA UMA COSMOPOLÍTICA DOS COMUNS

ENTREVISTA COM CHRISTIAN LAVAL

CHRISTIAN LAVAL é professor de sociologia da Universidade Paris-Nanterre e colabora frequentemente com jornais na França (*Médiapart*) e no exterior, escrevendo sobre política e movimentos sociais. Dentre suas pesquisas sobre sociologia da educação, os livros *L'école n'est pas une entreprise* (2004) e *La nouvelle école capitaliste* (2011) são referências recorrentes nas discussões da área. Com Pierre Dardot, ele é autor de *A nova razão do mundo* (2009), *Comum* (2014) e *Este pesadelo que não tem fim* (2016). A entrevista foi conduzida em francês e em inglês, entre abril e junho de 2019, pelo pesquisador brasileiro Felipe Ziotti Narita e pela pesquisadora grega Natalia-Rozalia Avlona.

Nas ciências sociais, o crescente interesse pelos comuns (entendidos, *grosso modo*, como bens e recursos de uso coletivo) tem propiciado novos espaços para cooperação intelectual, bem como agendas progressistas para um cosmopolitismo político. Esta entrevista com o sociólogo Christian Laval, um dos nomes mais importantes da teoria social contemporânea, é um sinal desse cenário. Da ascensão da “nova escola capitalista” aos desafios políticos transnacionais de instituição dos comuns, há aqui um repertório de assuntos que pode ser dividido em três movimentos inter-relacionados: (1) discussões teóricas sobre a sociologia da educação, (2) as lutas globais por igualdade e (3) a democracia radical e as práticas instituintes do comum.

Na esteira de suas pesquisas sobre os sistemas escolares e a racionalidade neoliberal, Laval enfatiza a mercantilização e a gerencialização como eixos para o entendimento da “nova escola capitalista”: a produção de valor, então, deve ser concebida também à luz dos componentes culturais do capital humano e da construção de competências subjetivas baseadas na competição, adaptação, flexibilidade e responsabilização individual. Não obstante, nos sistemas escolares sujeitos a essa lógica normativa do capital, Laval sublinha potencialidades de emancipação – com ressonância histórica dos projetos socialistas do século XIX e dos educadores populares do XX – conectadas a uma “nova escola democrática” baseada nos princípios da cooperação e de uma nova cultura comum. Esse processo pode ser parte da emergência de uma alternativa democrática baseada em mobilizações transversais de uma prática política capaz de tornar os comuns um objeto de ação coletiva visando a instituição de horizontalidade e igualdade para o usufruto social de recursos e saberes.

A instituição é uma criação histórica que compreende regras dispostas aos indivíduos. Contudo, ela deve também ser sujeita à capacidade instituinte da coletividade. Em outras palavras, os comuns podem ser regulados por amplos contextos participativos que organizem a autonomia do social para além da apropriação das estruturas de mercado e dos aparatos estatais. Assim, além de itens empíricos (incorporados nos *comuns*), o *comum* implica um conjunto de relações sociais (reciprocidade, compartilhamento, etc.) e estruturas normativas comprometidas com o fundamento comum/coletivo da produção social.

A questão é tangível junto às contradições do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Desde os anos 1990, uma parcela significativa dos movimentos altermundialistas tem enfatizado as desigualdades e as condições assimétricas de apropriação dos comuns – podemos pensar, por exemplo, na questão das águas (Bolívia, 2000), no problema do uso de terras produtivas junto a movimentos sociais latino-americanos e na violência do Estado contra os comuns encampados em cooperativas, associações locais e pequenos produtores rurais na ZAD de Notre-Dame-des-Landes, na França, em 2018.

A produção material e o trabalho material ainda desempenham uma função importante na sociedade contemporânea, mas a ascensão do imaterial tornou o digital um tema central para as pesquisas sobre o comum e os comuns. Como reconhece o próprio Laval, é importante considerar a multiplicidade de formas de luta no capitalismo tardio. Nesse contexto, podemos analisar os comuns como parte de uma virada digital na acumulação capitalista em que os comuns digitais trazem uma vasta agenda de pesquisas. Ao passo que a difusão de licenças para compartilhamento de conteúdo e as comunidades digitais organizadas em P2P permitem subjetivações políticas centradas em práticas de comunização (*commoning*) de recursos, os esforços de regulação da internet, à luz da nova legislação de copyright no Parlamento Europeu e da crescente oligopolização da web pelas *tech giants*, representam novos campos de disputa. Ao lado de Pierre Dardot, aliás, Laval monta um bom esquema analítico dos comuns, nos quadros das tecnologias de informação e da sociedade do conhecimento (os *knowledge commons*), ao mergulhar em sua história jurídica e em sua origem hacker, permanecendo, todavia, cético quanto às potencialidades das abordagens deterministas em tecnologia.

Last but not least, como a ausência de significativa representação feminina nos discursos sobre os comuns é um tema pendente nas importantes obras de Laval (e Dardot), aproveitamos a entrevista para discutir o problema. Convém questionar, por exemplo, em que medida as propostas de co-participação e co-decisão no interior de cada comum, como princípio político e desconstrução de estereótipos junto às práticas instituintes, de fato desfazem as assimetrias subjacentes à discussão e à prática dos comuns. A feminização do político é crucial para a invenção de formas federativas de governo dos comuns globais. A ação transnacional das populações do campo, estudantes ou feministas tem proposto ideias nesse sentido, de modo que, ao lado dos

movimentos pelas municipalidades, a incorporação da política feminizada é uma alternativa para a urdidura da democracia local e das questões regionalizadas do cotidiano, tendo como horizonte uma política dos comuns globais.

Felipe Ziotti Narita & Natalia-Rozalia Avlona

* * *

Você diagnosticou uma mudança importante no sistema escolar a partir da formação de uma “nova escola capitalista”. Você poderia comentar as características principais dessa mutação socioeconômica e institucional, tendo em vista a absorção da escola e do saber pelas estruturas de acumulação do capital (ou seja, um processo de mercantilização)? Será que podemos pensar também, por exemplo, em um processo de adaptação dos procedimentos de gerencialização [procedures managériales] advindos da lógica de empresas privadas junto às instituições públicas?

Christian Laval: A análise crítica das transformações dos sistemas escolares, notadamente nos países de capitalismo avançado, teve tendência, e isso ainda não desapareceu, a dissociar os fenômenos de mercantilização e gerencialização [*managérialisation*]. Na contramão dessa tendência, eu me esforcei para articular esses dois fenômenos, mostrando que na realidade estávamos diante de um processo homogêneo, mas que assumia aspectos diferentes conforme os países ou os níveis de ensino, obedecendo a ritmos diversos especialmente em função das histórias específicas das estruturas escolares e universitárias. Esse processo integra a esfera do ensino a um capitalismo generalizado ou, melhor, submete o ensino à racionalidade geral do capital. Entendo por “racionalidade do capital” não apenas a acumulação do capital no sentido clássico do termo, mas a extensão das formas sociais, organizacionais e culturais próprias da realidade capitalista: a forma quantitativa do valor aplicada aos “produtos do conhecimento”, a forma competitiva da organização geral do campo educacional, a forma empresarial imposta às instituições de ensino e a forma subjetiva do “capital humano” como meta da ação pedagógica. Um dos limites do marxismo clássico é justamente a dificuldade de pensar essa extensão das formas do capitalismo para além da esfera econômica, exceto quando acabava reduzindo a questão a fenômenos ideológicos ou “superestruturais” – Max Weber ou Michel Foucault permitem um melhor equacionamento dessa extensão. A análise não deve ser limitada à mercantilização *stricto sensu*, mas deve abarcar um processo de conjunto que tende a submeter a totalidade do campo escolar, universitário e científico à lógica normativa do capital, que é, para nós, a própria definição do “neoliberalismo”.

A lógica social da competitividade é central em sua análise da instituição escolar e também um traço fundamental para a constituição da subjetividade neoliberal baseada na formação do capital humano. A formação de uma espécie de pedagogia das competências, então, é ligada aos imperativos de empregabilidade, concorrência individual e flexibilidade – e esses valores produzem um pensamento de adaptação à ordem das coisas. Como o primado das preocupações socioeconômicas reforça os modos de reprodução das desigualdades geradas e legitimadas nos resultados escolares e no capital cultural?

Christian Laval: A pedagogia, seus métodos e suas práticas, bem como os conteúdos ensinados, são afetados por essa lógica normativa. Muitos pedagogos e professores progressistas ou modernistas caíram na armadilha do discurso das competências ou dos *skills*, porque eles acreditaram que isso ilustrava a realização de uma pedagogia democrática, no espírito da “educação nova” ou inspirada na filosofia educacional democrática de John Dewey. No contexto contemporâneo, que não é o do fim do século XIX ou da primeira metade do XX, essa pedagogia das competências é uma das dimensões mais importantes da nova escola capitalista cuja função proclamada é, antes de tudo, formar trabalhadores assalariados adaptados às exigências do mercado de trabalho flexível e às transformações tecnológicas, sendo responsáveis, como indivíduos, pela valorização de seu próprio capital de competências. O fato de o sistema escolar e universitário ter como função a produção da força de trabalho para a economia não é novo. O que mudou, no entanto, é que esta função é exclusiva e abertamente estruturante do campo da educação. Podemos dizer que o sistema escolar não é mais totalmente organizado como aquela “grande mentira” evidenciada pela sociologia crítica dos anos 1960 (pensando, sem dúvida, em Pierre Bourdieu e em seus trabalhos). Não há mais mentira, no sentido de que a função da reprodução cultural não mais “esconde” a função de reprodução social, pois a reprodução cultural está diretamente conectada à reprodução social, já que a “cultura” é ela própria transformada em um conjunto de competências economicamente rentáveis.

Nas pesquisas sobre as universidades contemporâneas, o problema do “capitalismo acadêmico” e a questão das estruturas de autonomia e heteronomia em relação aos imperativos do mercado internacional são temas muito discutidos. Quais são as relações do sistema universitário com os procedimentos de quantificação da produção científica baseados em rankings e em mecanismos de classificação, hierarquização e padronização?

Christian Laval: O campo universitário é um bom exemplo dessa mercantilização, que nós não devemos confundir com o “capitalismo acadêmico”. Esta última expressão indica que cada estabelecimento de ensino superior torna-se um lugar direto de acumulação do capital. Esse fenômeno é incontestável e

ele está ligado ao lugar central das instituições na competição internacional por inovação e propriedade intelectual. A universidade, notadamente em seus departamentos mais próximos da pesquisa aplicada, possui uma tendência de cada vez mais se integrar a um complexo institucional que caracteriza o capitalismo cognitivo, participando diretamente dos processos produtivos e da luta competitiva. Mas a transformação é muito mais vasta e tangencia mesmo setores e disciplinas que estão muito distantes do lugar central de acumulação do capital – e é justamente isso que devemos explicar. Ainda, o recurso a termos como “ideologia da competição” ou “tirania da quantificação” não é suficiente. O que venho tentando analisar é a relação entre quatro dimensões de um mesmo processo de transformação: a expansão da lógica quantitativa para a produção do conhecimento como um substituto do valor de troca, a construção de um mercado mundial e nacional de ensino superior, a configuração de novas formas de governar os agentes de ensino e os estudantes comandada por uma nova casta gerencial e a mutação subjetiva dos agentes de ensino e dos estudantes em atores da concorrência e sujeitos da acumulação de seu próprio capital pessoal.

Em suas obras, para além das análises críticas você também sugere algumas potencialidades de democratização. Talvez, mais do que um projeto estritamente pedagógico, uma escola democrática seja, sobretudo, um projeto de instituição política. Quais são os traços mais importantes de uma prática emancipatória em relação à instituição escolar?

Christian Laval: É necessário um livro todo para responder a essa questão! De todo modo, para começar a resposta, é preciso estabelecer algumas balizas históricas. Hoje há uma falta de um projeto de escola progressista e emancipador. Mas essa falta deve ser compreendida como parte de uma falta mais geral, ou seja, a ausência de uma sociedade libertada do capitalismo e da opressão estatal. Se analisarmos a história da educação em sua relação com a história do socialismo, projeto que comecei a desenvolver com colegas e camaradas em uma obra coletiva intitulada *Socialismos e educação no século XIX*,¹ percebemos que, no século XIX, os educadores revolucionários não imaginavam uma escola inteiramente livre e completamente emancipatória em uma sociedade de opressão e exploração. Pelo contrário, eles pretendiam pensar, a um só tempo, a emancipação pela escola e a escola emancipada de todas as formas de opressão em uma sociedade libertada da dominação do capital e do Estado. Encontramos esta articulação em quase todos os socialistas e mesmo no próprio Marx. No século XX, especialmente nos países europeus capitalistas, ocorreu uma inflexão muito sensível dessa perspectiva

¹ CANDAR, Gilles; DREUX, Guy; LAVAL, Christian. **Socialismes et éducation au XIXe siècle**. Lormont: Le Bord de l'eau, 2018.

emancipatória. O que nós chamamos de “democratização” do ensino não está mais inscrito claramente em um horizonte revolucionário. Trata-se, antes, de uma tentativa de expandir a escolarização ao conjunto de crianças das classes médias e populares, confiando à escola o cuidado de “fazer uma triagem” dos alunos segundo suas capacidades, em uma sociedade que acreditávamos ser mais “móvel”. A sociologia crítica dos anos 1960 mostrou todos os limites dessa “democratização” e dessa “igualdade de oportunidades” nos quadros de uma sociedade de classes. É preciso dizer que os progressistas foram muito ingênuos e acabaram enganados por essa dilatação quantitativa dos sistemas escolares, abandonando toda reflexão sobre as relações a serem estabelecidas entre as práticas pedagógicas emancipadoras e o horizonte revolucionário. Na verdade, nem todos caíram nessa armadilha e isso é sem dúvida o que há de mais precioso na herança de Paulo Freire e de outros “gigantes” do pensamento pedagógico progressista. No trabalho que conduzo atualmente sobre o que venho chamando de uma “nova escola democrática”, em oposição à “nova escola capitalista”, tento articular quatro dimensões: a luta política pela igualdade real de condições de educação, a pedagogia da cooperação, a redefinição de uma “cultura comum” e a auto-gestão das estruturas escolares. É uma maneira de propor um programa educacional para uma futura esquerda global, tentando uma síntese dinâmica de diferentes temas ou objetos do pensamento e da prática dos educadores mais progressistas.

Após o ciclo transnacional de protestos de rua do começo dos anos 2010, o problema da “democratização da democracia” é urgente, sobretudo, à luz da ascensão do ultra-nacionalismo, do autoritarismo (extrema direita), das ambivalências na desafeição à política instituída e dos discursos de crise e planos de austeridade como instrumentos de gestão da população. Qual é o lugar da emancipação e da prática política revolucionária nessa encruzilhada ideológica?

Christian Laval: Não podemos mais acreditar em um “lugar”, em uma classe, tampouco em apenas uma “causa”. O neoliberalismo, como racionalidade, ensinou justamente que o “adversário” se multiplicou em processos, dispositivos e redes nas quais todos nós estamos engajados. Não é apenas uma questão de ideologia a ser combatida e de estruturas a serem ocupadas e alteradas. Podemos até mesmo afirmar que o antigo esquema do pensamento e da ação revolucionária está em xeque. Isso, no século XX, era pensado em três tempos: construção do partido, tomada do poder e transformação da sociedade. Esse esquema já não é mais válido. É preciso, então, conceber articulações mais sutis sob formas de federações de lutas e de causas, mas para tanto é preciso também combater as tentações de isolamento, atomização e divisão que, por exemplo, nos levam a crer que exista uma luta ou uma causa que mereça preeminência sobre outras, ou que a causa que defendemos seja exclusiva. Mas

qual seria o princípio unificador dessa federação de lutas e causas? Não creio que o “populismo” seja a solução, porque a categoria “povo” tende imediatamente a apagar a diversidade de lutas e causas. Creio, antes, que uma lógica alternativa democrática, igualitária e ecológica, situada transversalmente a todas as lutas e causas, esteja surgindo diante da lógica dominante do neoliberalismo. Essa lógica já existe, mas será cada vez mais uma dimensão explícita de todas as lutas e de todas as causas. É isso que, com Pierre Dardot, chamo de o princípio do comum.

O comum não é um dado natural, mas uma atividade de instituição política, ou seja, uma espécie de princípio meta-institucional da democracia. Como esse esforço consciente de instituição do comum produz relações sociais ou mesmo subjetividades?

Christian Laval: Há uma proliferação de teses sobre o comum. Muitas ficam presas, sem saber, a figuras naturalistas ou espontaneístas do comum que são, algumas vezes, bastante antigas. Para uns, a questão diz respeito a bens naturalmente comuns. Para outros, o comum emergiria espontaneamente do terreno do novo capitalismo informatizado. A rigor, é preciso que nós sejamos mais modestos e mais empíricos para que possamos olhar o que aqueles que lutam e experimentam fazem em referência à categoria dos comuns (no plural). O que vemos, então, senão um princípio democrático transversal? Construir um comum significa produzir e respeitar regras de ação coletiva e, tratando-se de um recurso ou de um espaço, isso implica produzir e respeitar regras de uso que tem por finalidade a reciprocidade, o compartilhamento e o desfrute comum de bens e de serviços. Importam tanto a qualidade das regras e as condições de sua produção, quanto sua finalidade. Encontramos, aí, o princípio da democracia, baseada na igualdade entre os participantes e na liberdade coletiva e individual, bem como a inseparabilidade de meios e fins. A grande novidade do pensamento revolucionário no século XXI é precisamente que a revolução democrática não começa no dia seguinte da tomada do poder; ela começa hoje, nas formas institucionais das práticas. O jacobinismo e o leninismo estão relegados ao museu da história. Isso quer dizer que as relações sociais e as subjetividades não serão transformadas após a tomada do poder se elas não forem modificadas antes, junto às práticas organizadas pelo princípio democrático do comum. Não nascemos democratas, igualitaristas ou ecologistas, nós nos tornamos; e nós nos tornamos, pois estamos engajados em instituições onde florescem esses valores e normas. É preciso, por isso, romper também com um individualismo anti-sociológico que entende a instituição e seu poder normativo como um mal em si. Devemos entender que uma instituição é uma criação histórica que impõe regras aos indivíduos, mas que simultaneamente deve estar submetida à capacidade instituinte de uma coletividade de indivíduos.

Apesar da rica herança das feministas marxistas no debate sobre os comuns, contando com nomes importantes como Silvia Federici, os principais pesquisadores, filósofos políticos, teóricos do direito e digital commoners ainda são homens. No livro Comum, parece que Elinor Ostrom (com a noção de governo dos comuns), Hannah Arendt (com a discussão sobre o político), Naomi Klein e algumas outras referências são as únicas intelectuais em um discurso dominado por nomes masculinos. Como indicado anteriormente, você afirma que o comum é uma atividade de instituição política. Então quais tipos de subjetividades e relações sociais essa atividade pode produzir se o gênero não é reconhecido ou mesmo desconstruído na formação do político?

Christian Laval: A questão não é listar as autoras citadas, mas a maneira pela qual o feminismo radical anti-capitalista pode encontrar seu lugar no movimento global dos comuns. Quero ser bem claro em relação a esse ponto: colocar como princípio político a igual participação junto à coisa comum, a co-participação e a co-decisão no interior de cada comum é, evidentemente, designar toda instituição como um terreno problemático e como um campo de contradições e de lutas, notadamente a luta das mulheres para impor aos homens a igualdade na co-participação e na co-decisão. Isso implica, certamente, que o conflito esteja explicitado nas regras às quais toda atividade deve obedecer e seja resolvido praticamente junto a cada comum. Isso é o que chamamos de “prática instituinte”. Uma das contribuições de Ostrom, citada na questão, reside precisamente no fato de ela ter insistido, a partir de sua abordagem neo-institucionalista, na importância das instâncias de sanção e das regras de participação e de decisão. A luta feminista deve procurar integrar, em todo ato de instituição, a regra de igualdade entre os gêneros. Quanto ao tipo de “desconstrução” dos estereótipos de gênero, respondendo à sua fórmula na pergunta, parece evidente que práticas igualitárias, em um contexto militante, associativo ou produtivo, só devem acentuar e acelerar a igualdade dos gêneros no contexto familiar ou escolar. Tudo está relacionado.

No atual cenário político do sul global, particularmente marcado pela derrota da esquerda tradicional e a ascensão da extrema direita, o movimento municipalista parece estar alinhado ao espírito dos comuns e à transformação de uma agenda política baseada na ação local e coletiva. Na terceira parte do livro Comum, vocês apresentam nove proposições políticas e mencionam as negociações locais, nacionais e internacionais dos comuns a partir da instituição municipal, global e federal. Como uma resposta à questão da realização da federação mundial dos comuns, vocês afirmam que as possibilidades são extremamente frágeis, ainda que existam, talvez, junto à próxima revolução. Você poderia explicar, por gentileza, como essa questão é analisada?

Christian Laval: A questão das escalas de luta e da transformação é hoje a questão estratégica central. Esse problema não está colocado de forma abstrata, mas reside no cerne das questões práticas. Como articular as atividades locais,

que indicam uma vontade de democracia real a nível de cooperativas, pequenas cidades, municípios, grupos militantes, etc., e uma transformação de conjunto que abarque a sociedade toda e o mundo? Esse foi o desafio da globalização alternativa e está ainda presente nas grandes mobilizações transnacionais, seja a greve das mulheres ou a greve dos jovens pela questão climática. Essas lutas mostram, tal como as dos camponeses pobres, a necessidade de se levar em conta a democracia local, ou seja, de não dissolvê-la nos grandes aparelhos burocráticos centralizados e verticalizados. Esses aparelhos centralizados, sejam partidos ou sindicatos, tem o grande defeito de tomar como modelo o Estado nacional, pois eles, em alguma medida, o compõem. Vemos claramente que essa forma institucional não convém quando se trata de instituir os comuns globais (clima, oceanos, planetas, finança, trocas comerciais, fluxos migratórios, etc.). A questão estratégica essencial para a esquerda global é, então, inventar formas federativas ao mesmo tempo infra e supra-estatais que instituem os comuns como locais e globais. A ação transnacional de movimentos de camponeses, estudantes ou feministas mostra uma rota. O esboço de federações de cidades para acolher imigrantes no sul da Europa ou a luta contra a poluição são ensaios que prometem frutos nesse sentido. Precisamos ter em mente que a questão é a reinvenção radical da esquerda e essa reinvenção não poderá ocorrer sem um novo cosmopolitismo. Isso é o que nós chamamos de *cosmopolítica dos comuns*, título do livro no qual Pierre Dardot e eu estamos trabalhando neste momento.

Tradução: Felipe Ziotti Narita

Recebido em: 07/06/2019

Aprovado em: 21/08/2019